

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Democracia y Participación en América Latina: un retorno al ciudadano.

Alfredo Alejandro Gugliano.

Cita:

Alfredo Alejandro Gugliano (2009). *Democracia y Participación en América Latina: un retorno al ciudadano*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/999>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Democracia y Participación en América Latina: un retorno al ciudadano¹

Alfredo Alejandro Gugliano

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Colaborador do PPG em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Pesquisador do CNPq

alfredogugliano@uol.com.br

Desde o final da década dos noventa vivemos uma conjuntura na qual a América Latina está em evidência. Desta vez a visibilidade não ocorre devido a um quase crônico detrimento social, nem em função dos problemas ambientais que afetam o conjunto do planeta, como seria o caso do avanço das queimadas na Amazônia, mas pelo surgimento de novos governos nacionais que se apresentam como sendo ou de Esquerda ou representantes de agrupamentos políticos classificados deste modo. De maneira inusitada para boa parte da literatura revolucionária latino-americana, vários grupos radicais aportaram nesses governos pela via eleitoral, o caminho menos insurrecional para a conquista do poder político na região.

¹ Este trabalho é um resumo do material que será apresentado no Congresso.

A classificação: *governos de esquerda*, não agrada a todos, apesar de ser bastante utilizada na linguagem política. Alain Touraine (2006), por exemplo, enfatiza que os conceitos de esquerda e direita não são adequados para a análise da conjuntura latino-americana porque a região jamais conseguiu superar uma desconcertante mistura entre nacionalismo e populismo, mescla que, em mais de uma ocasião, levou ao desabamento do sistema político e ausência de transformação social.

O fato destes governos, em alguns casos, não obterem simpatias nem de setores radicais, nem de conservadores, tem entre as possíveis explicações àquelas relacionadas com as mudanças na semântica do que se entende como esquerda e direita, sendo difícil julgar estas experiências desde a mesma ótica pela qual, em décadas anteriores, se reduzia o significado de esquerda e direita a uma simples contraposição entre marxismo e liberalismo².

Numa tentativa de repensar estes critérios, Norberto Bobbio (1995) apresenta uma brilhante argumentação que procura definir o conceito de esquerda a partir da vinculação com a questão da igualdade.

Partindo deste pressuposto, é possível afirmar que os novos governos de esquerda na América Latina diferem em termos dos graus de radicalidade das suas políticas oficiais. Neste quesito, por exemplo, os governos de Bachellet, Lula, Vázquez e Chávez, para citar alguns casos, são bastante dessemelhantes no que diz respeito as suas estratégias econômicas; na forma como desenvolvem negociações com as oposições e os diferentes segmentos sociais (empresários, trabalhadores, movimentos sociais...); na efetivação de prioridades em termos das políticas sociais aplicadas; nas relações diplomáticas, especialmente, com a Europa e Estados Unidos; etc. Todavia possuem uma enorme identidade quanto ao redirecionamento das principais linhas de seus governos para a recuperação dos danos causados pelas desigualdades sociais em seus países. E são precisamente estas políticas as que causam maior embaraço entre os seus críticos, que se vêem diante de governos com razoável apoio popular.

Contudo, a polêmica sobre a caracterização destes governos é extensa, envolvendo no debate boa parte da intelectualidade dedicada ao estudo da política, assim como diversos ativistas sociais que participam de amplas redes de organizações da sociedade civil.

Freqüentemente quando discutimos estas experiências três argumentos vêm à tona. Arbitrariamente classificarei estas idéias como o argumento da preservação, da decepção e do medo. Todos eles são bem conhecidos e aparecem cotidianamente na literatura acadêmica e nos meios de comunicação, por isso aqui simplesmente esboçarei alguns dos seus aspectos como forma de esclarecer as

² Um bom resumo sobre as características da nova esquerda latino-americana é apresentado por GARAVITO; BARRET, 2005

minhas opiniões. Como se verá a seguir, centralizo a minha análise na perspectiva de elucidar as principais críticas que hoje são postas na mesa quando do debate desta problemática.

O argumento da preservação censura estes governos desde a perspectiva da defesa da sociedade liberal de mercado e a contestação a qualquer tipo de intervencionismo estatal no campo econômico ou em matéria de políticas sociais. Nesse sentido, governos de esquerda, mesmo não levando políticas de contraposição à economia de mercado, representariam uma constante ameaça para um conjunto de privilégios sociais profundamente enraizados nas sociedades latino-americanas. Em especial, muitos destes críticos retomam o ideário de John Locke posicionando-se pela defesa da liberdade e da propriedade privada.

Entre diferentes casos, a Bolívia quiçá seja hoje um dos principais exemplos dos atritos gerados pelo argumento da preservação quando levado às últimas conseqüências. As elites regionais do país, historicamente beneficiadas por privilégios econômicos e sociais, atualmente vem demonstrando toda a sua inconformidade frente às políticas governamentais, especialmente os avanços dos direitos indígenas, e organizam fortes mobilizações pela manutenção da sua condição social, mesmo diante do custo de promover uma cisão regional. Neste caso, as críticas ao Governo Morales são claras e visam garantir *conquistas sociais* das elites locais, principalmente nos departamentos de Santa Cruz, Tarija, Chuquisaca e Pando.

O argumento da decepção persiste a partir da cobrança das promessas não cumpridas pelos governos da esquerda em toda a região. Representa o grande desencantamento por parte de muitos intelectuais com a falta de radicalidade de diversas das políticas levadas a cabo por estes governos; pelas alianças com segmentos considerados conservadores sob a justificativa da governabilidade; pelo afastamento em relação aos movimentos sociais e outros setores organizados da população, entre outros. Como é conhecido, a partir desta crítica alguns destes governos são considerados traidores das lutas sociais e, em casos extremos, inusitadamente são denominados neoliberais.

Aqui o caso brasileiro talvez seja o que melhor demonstra esta perspectiva de arguição, na medida em que o nível de expectativas geradas pela ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República e de seu principal líder, precisamente oriundo do mundo sindical (Luis Inácio Lula da Silva), acabou defraudando a importantes segmentos da intelectualidade brasileira que passaram a enfatizar, apesar dos avanços de muitos dos principais indicadores sociais do país, o que denominaram de políticas neoliberais do governo federal (BOITO, 2003).

Por fim, o argumento do medo está amparado na idéia de que determinadas ações radicais de governos de esquerda representariam uma séria ameaça às instituições democráticas e haveria o ressuscitar de uma espécie de novo autoritarismo de esquerdas, também chamado *populismo* ou *neopopulismo* (PARAMIO, 2006; CONNIFF, 2003). Entre outras peculiaridades, estes governos poderiam ser identificados pela centralização do poder ao redor da figura presidencial e a manipulação dos cidadãos vistos enquanto sociedade de massa.

O país que melhor ilustra o uso do enredo do medo é a Venezuela, argumento ainda mais repetido depois da vitória no referendo que extinguiu barreiras ao direito de reeleição de qualquer Presidente eleito nesse país, a partir de 2009. O Presidente Chávez, além disso, é visto como o grande articulador de um bloco político independente na região, por meio da formação da ALBA (Alianza Bolivariana de los Pueblos), o que aumenta ainda mais os receios, mesmo entre intelectuais que não comungam com o conservadorismo, frente ao desenvolvimento das suas políticas.

Reações que expressam o desejo de preservação, decepção e medo não deixam de ser naturais em processos de mudanças sociais. Sobre o tema é preciso lembrar que, com exceção do caso uruguaio e chileno, trata-se de experiências nas quais a democracia tradicionalmente sempre deixou a desejar, principalmente em termos da inclusão sociopolítica de segmentos economicamente carentes. Portanto, mudanças bruscas eram esperadas e o descontentamento foi uma reação compreensível frente ao surgimento de governos que se propõe a redirecionar as políticas públicas nacionais.

Mesmo escrevendo em outra conjuntura, Przeworski contextualiza muito interessante algumas das reações frente às transições políticas:

Qualquer um que tenha vivido os momentos que precedem a queda de uma ditadura, quando a democracia torna-se uma possibilidade real, há de lembrar a tensão quase constante, a alternância de esperanças e medos, os acessos de entusiasmo e a dor das frustrações. Cada etapa apresenta-se frágil e ainda assim nada parece inatingível. Mas pode-se apreender um momento, um limiar, a partir do qual o processo é irreversível. De repente, a ditadura não existe mais e a democracia toma o seu lugar (1984, p. 36).

Precisamente este é o tipo de reação que penso estarmos enfrentando hoje quando vivemos um processo histórico que nos transmite a impressão de assistir a algo a mais do que uma mudança eleitoral de governos, o que parece estar ocorrendo é uma alteração na própria forma como vivenciamos a democracia latino-americana.

E aqui de nenhuma maneira pretendo menosprezar críticas, pois, não há dúvidas que o desejo de preservação seja uma reação legítima de segmentos que vem seus privilégios atacados. Da mesma forma é justo o sentimento de decepção frente às arritmias de um processo de mudança social que nem sempre acompanha a velocidade das várias teorias que alicerçam projetos de transformação social, gerando uma conjuntura que está bem distante de qualquer sonho de mudança revolucionária. E, por fim, deve ser visto com naturalidade o medo frente a uma nova dinâmica política difícil de controlar e mais difícil ainda de prever no que irá resultar.

O problemático nestas argumentações é que em vez de estimularem uma análise crítica dos processos políticos, acabam alimentando o preconceito frente à originalidade de experiências políticas que não apenas sofrem com os conflitos internos - muitos deles em situações nas quais as oposições, em nome da democracia, ferem direitos elementares do Estado democrático e boicotam governos democraticamente eleitos - como também são várias vezes vítimas da manipulação de alguns meios de comunicação que divulgam informações parciais e preconceituosas sobre estes governos, o que acaba influenciando para a formação de uma visão desfocada da realidade por parte da opinião pública³.

Deste modo, os mencionados argumentos dificultam a percepção da dimensão histórica da ascensão destes novos governantes em diversos países latino-americanos e o seu evidente impacto positivo em termos do redirecionamento das políticas nacionais.

Sobre o tema, um ponto importante se refere aos impactos destas experiências em seus países. Privilegiando este aspecto da discussão, é importante sublinhar a forma diferenciada como estes governos vêm inserindo-se no processo de globalização e a ênfase que vem sendo dada a uma pouco usual combinação entre nacionalismo interno e regionalismo latino-americano. Esta estratégia marca uma ruptura com o passado recente, período no qual houve um esforço por parte de boa parte dos governantes da região para afirmar o continente como um porto seguro para os investimentos privados estrangeiros.

A esse respeito uma caracterização que está sendo bastante divulgada bebe na fonte da obra de Boaventura de Sousa Santos, autor que escreveu com destaque sobre a existência de várias globalizações e, muito especialmente, a respeito da contraposição entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica. Conseqüentemente, esta mudança pode ser interpretada como um indício de que *outra globalização* estaria sendo configurada na região.

³ Sobre a cobertura da mídia nestes países sugiro a leitura de: SEGAFREDO; SILVA, 2007; PEREIRA, 2006; WERZ, 2001.

Do meu ponto de vista tenho dificuldades em vislumbrar uma globalização de esquerda e outra de direita, se bem que a contraposição hegemonia/contra-hegemonia possui mérito em termos da demonstração de que este é um processo em disputa. Contudo, apesar das diferentes estratégias que possam ser adotadas, a globalização continua sendo essencialmente uma nova fase de desenvolvimento da sociedade capitalista, etapa impulsionada fundamentalmente pelo impacto das novas tecnologias da comunicação e informação no processo de produção e comercialização de mercadorias, assim como no uso das infovias da comunicação nas mais diferentes formas de transações econômicas. Este é o ponto de partida desde o qual a globalização se expande e atinge o conjunto das práticas sociais.

Vendo desde este prisma arriscaria dizer que a globalização em si é sempre a mesma, o que muda é a forma como as sociedades se relacionam com este fenômeno e as conseqüências geradas pelo impacto destas estratégias no seu desenvolvimento.

Neste sentido, buscar uma globalização contra-hegemônica na estratégia dos novos governos de esquerda na América Latina pode ser uma tarefa ingrata, na medida em que não parece existir a formação de uma *globalização paralela*, mas o que se vislumbra é um questionamento de boa parte dos pressupostos que fundamentaram a perspectiva de globalização do mundo. Uma globalização cimentada na centralidade das relações de mercado, redução da estrutura estatal, difusão da ideologia liberal, entre outros.

Em termos latino-americanos esta situação desemboca na formação de novos laços regionais e no desenvolvimento de uma política efetiva de cooperação que envolve elementos políticos, econômicos e culturais. Este é o substrato que leva à formação da ALBA, criada em 2004, com o objetivo não apenas de liberalizar o comércio, mas de servir como elemento que visa mobilizar as sociedades em prol da redução das desigualdades na região, articulando governos nacionais e organizações da sociedade civil.

Em nível nacional chama a atenção na maior parte destas experiências, um fortalecimento do poder do Estado enquanto estrutura central para impulsionar mudanças sociais, fenômeno geralmente acompanhado por densas reformas constitucionais. E aqui encontramos outro elemento de polêmica na medida em que estas mudanças vêm sendo definidas, muitas vezes, sob a influência de formas de democracia direta, como os plebiscitos, invariavelmente questionadas pelos partidos políticos de oposição em cada país.

Não obstante, a organização dos plebiscitos não pode se vista como uma casualidade, pois eles representam uma nova forma de organização das principais políticas nacionais e colocam, na arena do

debate, a necessidade de envolvimento da sociedade civil com a gestão pública e a organização das estratégias estatais.

Este fortalecimento estatal, associado à politização da sociedade civil, vem permitindo um conjunto de mudanças marcantes na história regional como, por exemplo, a valorização da participação sociopolítica das diferentes etnias indígenas que, apesar de comporem maiorias étnicas em vários países, tradicionalmente eram excluídos da vida política oficial. Além disso, também o uso intensivo de investimentos financeiros para a recuperação social de segmentos economicamente carentes, como é o caso de uma enorme gama de iniciativas de economia solidária que atualmente são financiadas por recursos oriundos das vendas do petróleo venezuelano, representa uma mudança inestimável em termos de reorganização das políticas sociais.

Contudo, se é bem verdade que existem alterações importantes precisamente em termos das prioridades sociais governamentais, também é preciso reconhecer problemas. Em especial no campo das políticas sociais, onde existe uma contradição latente quanto à manutenção ou o desenvolvimento de planos emergenciais de recuperação dos setores considerados mais excluídos da população, desde a ótica da focalização.

Atualmente, em quase todos os países da região, independentemente da plataforma eleitoral dos governos eleitos, existem projetos focalizados de combate à pobreza, seja através de desenvolvimento de serviços sociais específicos, seja pela distribuição de renda sob a condição de obrigações sociais pré-estabelecidas, como a manutenção dos filhos na escola. Entre diversos programas poderiam ser citados o Bolsa-Família, no Brasil, o *Plan de Jefes y Jefas del Hogar*, na Argentina, e o *Chile Solidário*, no Chile.

Estas políticas estão plenamente inseridas naquilo que muitos autores chamam das novas políticas sociais latino-americanas, moldadas a partir de uma realidade de aproveitamento de recursos escassos. Entre as diferentes características destas políticas é possível destacar: a) o objetivo de redução da pobreza como consequência do crescimento econômico; b) a priorização dos segmentos mais vulneráveis da população; c) a inserção do setor privado nas políticas sociais.

A implantação destas novas políticas sociais na região vem sendo bastante questionada na medida em que elas representariam a possibilidade de consolidação de um serviço público de baixa qualidade, circunscrito ao atendimento de populações carentes, e abriria as comportas das políticas sociais para o setor privado, principal fornecedor de serviços para as classes médias e altas.

Contudo, também não se pode ocultar que várias pesquisas apontam para o fato de que, precisamente desde que houve este giro nas políticas sociais, iniciou um lento processo de recuperação dos indicadores sociais na região.

Segundo os dados do Panorama Social da América Latina 2006, publicado pela Cepal, os resultados sociais da região entre 2003-2006 foram os melhores dos últimos 25 anos, destacando-se nesta recuperação os casos da Argentina e da Venezuela. Além disso, se tomarmos como referência a primeira meta do milênio, a redução de 50% do número de pessoas em extrema pobreza até 2015, veremos que a região já obteve um avanço de quase 69% na sua realização.

Outro dado que chama a atenção no informe *cepalino* é que boa parte dos países nos quais houve melhoria dos indicadores sociais foram aqueles que, ou estavam identificados com governos de esquerda, ou passaram a ser administrados por esta perspectiva política.

Finalizando, creio que muitas das dúvidas frente aos novos governos de esquerda latino-americanos refletem a perplexidade da intelectualidade latino-americana diante de uma realidade que, apenas vinte anos atrás, poucos poderiam prever que iríamos enfrentar.

Em especial, a conquista do poder político em nível nacional pela via eleitoral representou a necessidade de um projeto político que, mesmo encravado no interior das próprias entranhas do mundo capitalista, representasse uma nova via de transformação das sociedades latino-americanas e de enfrentamento da desigualdade social na região. E é precisamente aqui que reside a grande esperança, mas também o *calcanhar de Aquiles* de boa parte dos novos projetos políticos regionais que se encontram frente ao dilema de ter *tomado o poder, sem mudar o mundo*.

Bibliografía

- ARCHONDO, Rafael. Qué le espera a Bolivia con Evo Morales? **Nueva Sociedad**, n. 201, p. 4-12, ene.-feb. 2001..
- BOBBIO, Norberto. **Derecha e Izquierda**. Madrid, Taurus, 1995.
- BOTTO Jr., Armando. A hegemonía neoliberal no Governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17, 2003.
- CONNIFF, Michael. Neopopulismo em America Latina. La década de los 90 y después. **Revista de Ciencia Política**, v. XXIII, n. 1, p. 31-38, 2003.
- COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. **Sociologia Política**, n. 27, pp. 107-123, 2006.
- DUNKERLEY, JAMES. Evo Morales, the 'Two Bolivias' and the Third Bolivian Revolution. **Journal of Latin American Studies**, n.39 : 133-166, 2007.
- GARAVITO, César A. Rodríguez; BARRET, Patrick S. La utopia revivida? Introducción al estudio de la nueva izquierda latinoamericana. In: _____; _____; CHAVEZ, Daniel. **La nueva izquierda en América Latina**. Buenos Aires, Norma, 2005.
- GUTIERRES, Carlos Jahnzen; LORINI, Irma. A trilha de Morales. Novo movimento social indígena na Bolívia. **Novos Estudos**, n. 77, mar. 2007.
- PEREIRA, REGINA Célia. M. As diferentes vozes de uma reportagem o mito da imparcialidade. In: **Anais do 4o Simpósio Internacional de Estudos de Generos Textuais**. Tubarão, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007. p. 1685-1694.
- PARAMIO, Ludolfo. Giro a la izquierda y regreso del populismo. **Nueva Sociedad**, n. 205, p. 62-74, sept.-oct. 2006.
- TOURAINÉ, Alain. Entre Bachelet y Morales? Existe una izquierda latino-americana. **Nueva Sociedad**, n. 205, p. 46-55, sept.-oct. 2006.
- WERZ, Nikolaus. Chávez en la prensa europea y estadounidense. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Caracas, v. 7, n.2, p. 147-155, mayo-ago 2003.